



D. João VI

e a Construção do Brasil



A Comissão Curadora do Bicentenário da Independência
apresenta

Memória da Exposição

D. João VI

e a Construção do Brasil

200 anos de Independência
Bicentenário da Aclamação de D. João VI
1818 – 2018



Centro Cultural
Secretaria de Comunicação Social

Aclamação de D. João
Maria José Francisco
Xavier de Paula Luís
Antônio Domingos
Rafael de Bragança
como Rei do Reino
Unido de Portugal,
Brasil e Algarves,
d'Aquém e d'Além-Mar
em África, Senhor da
Guiné e da Conquista,
Navegação e Comércio
da Etiópia, Arábia,
Pérsia e Índia.

APRESENTAÇÃO

“E sendo justo que, conforme o uso antigo, costumes destes Reinos, se me faça o juramento, preito e homenagem, pelos grandes títulos, senhores e eclesiásticos, vassalos e mais pessoas de nobreza: fui servido nomear o dia 6 do mez próximo futuro para esta solenidade, que se há de celebrar na varanda que para este efeito se mandou levantar no terreiro do Paço.”

Com esta proclamação, D. João fez saber à população do Rio de Janeiro a data da sua solene Aclamação, solenidade que, no Reino de Portugal, fazia as vezes da Coroação em outras monarquias.

Não é despropositado afirmar que a festa da Aclamação, que os cronistas foram unânimes em descrever como tendo sido grandiosa e solene, contando, inclusive, com grande participação popular, marcou o apogeu do governo joanino no Brasil.

É inquestionável que as bases do Estado Nacional Brasileiro foram construídas na administração de D. João VI. Seu primeiro ato em terras brasileiras foi decretar, de fato, o fim do regime econômico colonial, o fim do chamado “exclusivo econômico”, quando da abertura dos portos e, por conseguinte, o acesso do Brasil ao mundo.

Desta forma, e no bojo dos eventos preparatórios para a celebração dos 200 Anos de Independência do Brasil, cujas bases foram lançadas no governo joanino, a Câmara dos Deputados relembra os 200 Anos da Aclamação de D. João como Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, bem como comemora sua obra.

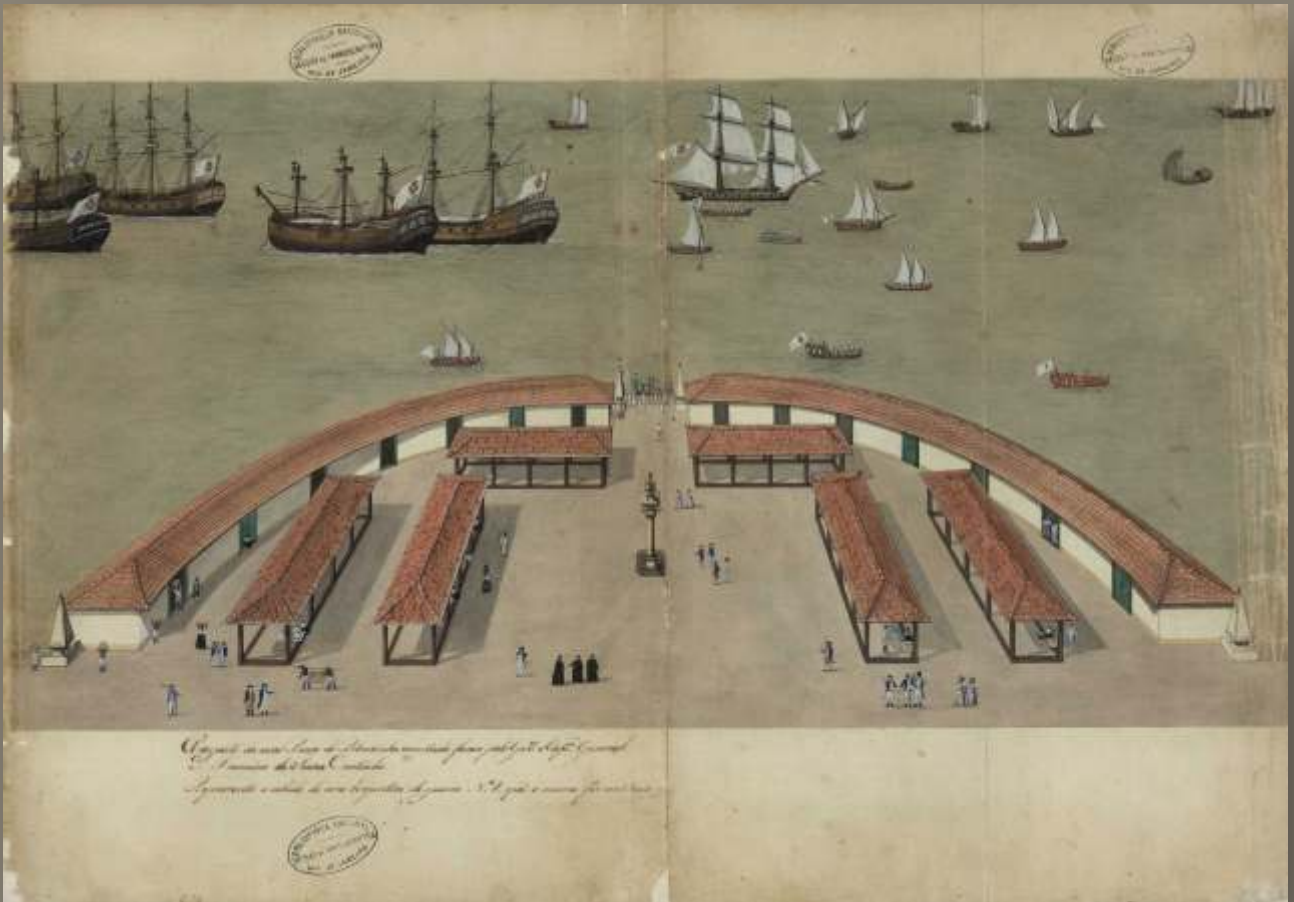
José Theodoro Mascarenhas Menck



Napoleão Bonaparte definiu a questão ao tornar pública sua intenção de destronar os Bragança e dividir Portugal em três porções distintas. A D. João restou pôr em prática um projeto muitas vezes antes pensado e, de fato, já preparado: retirar a Administração do Reino da Europa, transferindo-a para longe, para seus seguros domínios americanos.

Em 29 de novembro de 1807, zarparam todos os navios que tinham condições de navegar. Todo um aparato estatal teve de ser transferido.





ABERTURA DOS PORTOS

Em sua viagem, fazendo uma escala em Salvador, D. João, por influência de José da Silva Lisboa, fez seu primeiro grande gesto em prol do desenvolvimento do Brasil, quando determinou, por intermédio da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808:

“Primo: Que sejam admissíveis nas Afandegas do Brazil todos e quaisquer Generos, Fazendas e Mercadorias transportados, ou em navios estrangeiros das Potencias, que se conservão em paz e harmonia com minha Real Corôa, ou em navios dos meus vassalos (...)

Secundo: Que não só os meus vassalos, mas também os sobreditos estrangeiros possam exportar para os portos, que bem lhes parecer a beneficio do commercio e agricultura, que tanto desejo promover, todos e quaisquer gêneros e produções coloniaes, à excepção do Pao Brazil, ou outros notoriamente estancados (...)”

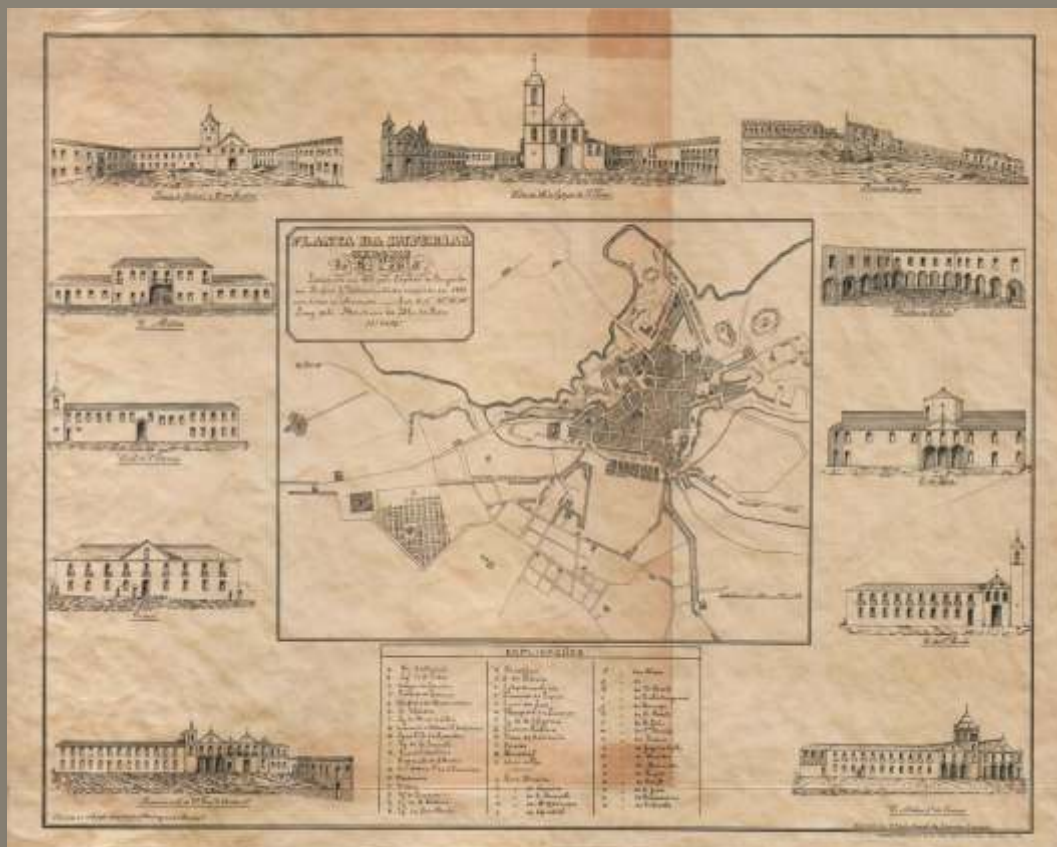
Chegava ao fim o regime econômico que caracterizava o Brasil como uma colônia. Terminava o chamado “exclusivo colonial”. A partir de então o Brasil abria-se para o mundo.





- Cities & Capitals of Provinces.
- Towns.
- Provinces.
- △ Arcs.
- △ Districts.
- Limits or Walls.
- Boundaries of Provinces & Districts.

A MAP of the BRAZIL
 Designed by Sir Henderson
 From the Materials of his
HISTORY of the BRAZIL.



ARQUIVO CARTOGRÁFICO CENTRAL

Pelo decreto de 7 de abril de 1808, foi criado no Rio de Janeiro um arquivo central para nele se reunirem e conservarem todos os mapas e cartas, tanto das costas como do interior do Brasil e também dos domínios ultramarinos portugueses, mandando-se-lhe agregar “engenheiros e desenhadores”, os quais examinariam as cartas das diversas capitanias e territórios do Brasil e exporiam o seu juízo sobre a autenticidade e exatidão das mesmas, ou sobre a necessidade de serem corrigidas ou levantadas de novo.

Esses mesmos funcionários deveriam publicar um Manual Topográfico, expondo os melhores métodos de aperfeiçoamento das medidas geodésicas e da construção e levantamento de cartas de grandes ou de pequenos territórios. Conservariam, outrossim, todos os planos de fortalezas, fortes e baterias; todos os projetos de estradas, navegações de rios, canais, portos; tudo o que dissesse respeito à defesa e conservação das capitanias marítimas, ou fronteiriças; e tudo o que fosse relativo a projetos de campanhas militares.

BANCO DO BRASIL

Foi no tempo de Dom João que apareceu o principal estabelecimento de crédito brasileiro: o Banco do Brasil. O governo dispensou-lhe todo o gênero de favores, garantindo os Depósitos dos Órfãos, das Ordens Terceiras e das Irmandades. A Fazenda Real, a partir de 1812, favorecia-o com impostos criados sob seges, lojas, armazéns, oficinas e navios, pelo período de dez anos.

Apesar das dificuldades, o banco chegou a inspirar grande confiança, inclusive a estrangeiros radicados no Brasil.



CORREIOS



Com D. João, os correios foram estendidos a todas as capitanias. Estabeleceu-se o telégrafo aéreo na costa. Antes, havia troca de correspondência apenas tendo Lisboa como intermediária.

Da mesma forma, empenhou-se na criação de um sistema de comunicações fluviais pelo interior do Brasil, procurando beneficiar as isoladas capitanias de Mato Grosso e de Goiás.

A expansão contou com a abertura de nova rota marítima entre o Brasil e a Inglaterra, passando pela Bahia, Pernambuco e Ilha da Madeira. Em 1812, foram criados os Correios Interiores da Bahia e do Maranhão, quatro anos depois, um correio regular entre São Paulo e Rio Grande do Sul.





180. *Morus nigra* L.

Schwarzer Maulbeerbaum.

INCENTIVO À AGRICULTURA E CRIAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO

Com o objetivo de resguardar o mercado brasileiro para o vinho, azeite e seda produzidos em Portugal, era proibido o cultivo no Brasil da uva, da oliva e da amora. D. João, logo no início de sua estada no Brasil, não apenas revogou todas essas proibições, como procurou incentivar a produção desses produtos.

Revogaram-se as restrições à comercialização do trigo plantado no Rio Grande do Sul, cuja produção, até então, estava proibida de ser exportada para qualquer outra capitania.

Ao mesmo tempo, tentou-se implementar novas culturas. No Jardim Botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas foi plantado um viveiro, entre outras, das chamadas árvores de especiarias (canela, cravo, pimenta, noz-moscada, etc.) e principalmente da planta do chá.

Para incentivar a produção de vinho, importaram-se 80 mil mudas de uva, que o príncipe regente mandou distribuir a quem se dispusesse a plantar.

Em 1809, estabeleceram-se prêmios às pessoas que fizessem aclimatar, em qualquer parte do território, árvores de especiaria fina da Índia, e que introduzissem ou melhorassem a cultura de quaisquer vegetais que fossem úteis. Deste mesmo modo, se introduziram na flora brasileira a moscadeira, a canforeira, o abacate, o cravo-da-índia, a caneleira e a chamada árvore de carvão.



CENTROS DE ESTUDOS SUPERIORES

Na administração de D. João, foram criadas várias instituições e as primeiras escolas de ensino superior. Em 1808, foram criadas a Academia Médico-Cirúrgica da Bahia, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro e a Academia Militar.



Ainda naquele mesmo ano de 1808, José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu, foi convidado a lecionar, no Rio de Janeiro, a cadeira de Economia Política.



No caso do ensino médico, a importância das aulas práticas mereceu também a atenção do príncipe, mesmo nos seus dias de repouso, na Fazenda de Santa Cruz. Dali foi expedido o aviso, de 24 de novembro de 1814, enviado ao seu representante em Londres, que determinava a compra de objetos necessários ao ensino das aulas médico-cirúrgicas.



MUSEU REAL

Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, cresceu o número de naturalistas curiosos em conhecer as riquezas do país. Foi intenso o movimento, em especial na cidade do Rio de Janeiro. Nesse ambiente, foi criada a primeira instituição brasileira dedicada exclusivamente ao estudo das ciências naturais.



O Museu Real foi fundado por D. João VI com a função de estimular os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil, onde foram identificados milhares de produtos que podiam ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes. Essa é a origem do Museu Nacional da UFRJ.



J. M. Delvaux del.

1811. de Trazzini. Paris. chez les Frères de l'Épée. & C.

ACCLAMATION DU ROI JOSEPH JEAN VI.

à Rio de Janeiro.

MISSÃO ARTÍSTICA FRANCESA

No cenário das artes plásticas, destaca-se o legado dos artistas da Missão Artística Francesa de 1816, liderado pelo Secretário Perpétuo da Classe de Literatura e Belas-Artes do Instituto de França, Joaquim Lebreton. A Missão tinha como objetivo a criação de uma Academia de Belas-Artes, nos moldes da instituição francesa — projeto patrocinado pelo Conde da Barca.



O grupo, integrado por pintores, escultores, arquitetos e gravadores, era também composto por professores de mecânica e artesãos especializados, como ferreiros, serralheiros, curtidores e carpinteiros, com o objetivo de desenvolverem as indústrias. Estes últimos eram particularmente importantes, uma vez que no projeto original não se tratava apenas de criar uma escola de artes, mas outrossim, de uma escola de ofícios.



IMPRENSA RÉGIA

Relevante foi a instalação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro. Logo iniciou-se a publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, cujo primeiro número é de 10 de setembro de 1808.

A Imprensa Régia também foi responsável pelo pioneirismo na edição de livros no Brasil, tendo dado destaque a obras de fins escolares, a serem utilizadas nas escolas recém-criadas. Entre os inúmeros exemplos, destaca-se a publicação do tratado *Princípios de Direito Mercantil*, de José da Silva Lisboa, e do *Tratado de Inflamação, Feridas e Úlceras*, de 1810.

A Academia Real Militar, onde se lecionava engenharia civil e mineralogia, também recebeu atenção da Imprensa Régia, pois nela publicou-se, em 1811, compêndio de álgebra, traduzido do francês, e, no ano seguinte, outro de geometria descritiva, adaptado às artes, além de um de mecânica, que tratava de estática, dinâmica, hidrostática e hidrodinâmica, todos destinados aos alunos daquela instituição militar.

ENSAIO
SOBRE A CRITICA
DE
ALEXANDRE POPE

TRADUZIDO EM PORTUGUEZ

PELO

CONDE DE AGUIAR.

*Com as Notas de José Ribeiro, do Traductor, e de Sir
J. J. e o Capuzamento do Dr. Mattos.*

RIO DE JANEIRO.

NA IMPRESSÃO REGIA. 1810.

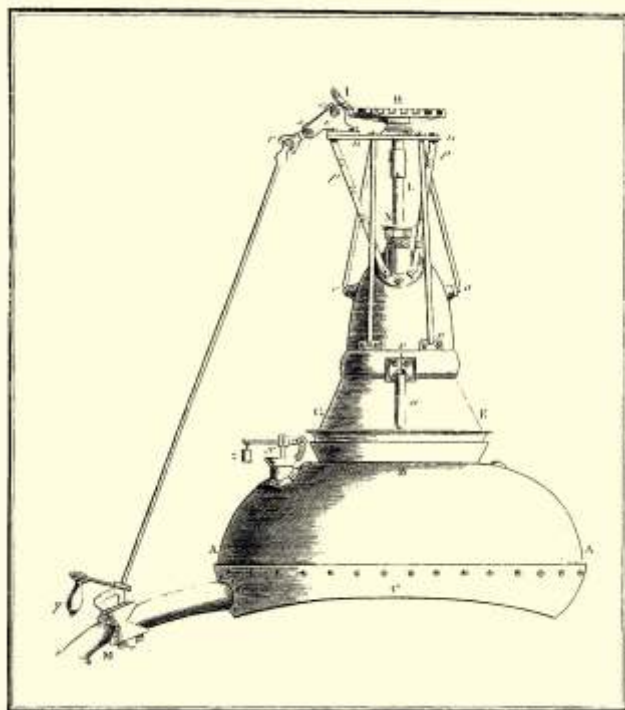
Com Licença de S. A. R.



EXPLICAÇÃO DAS GRAVURAS

As 5 estampas que occorrem em seguida são tiradas de chapas em cobre abertas na Impressão Regia e ultimamente encontradas no mesmo estabelecimento, que hoje se chama Typographia Nacional. A primeira representa um frontispicio de livro gravado, a segunda o retrato de Pope desenhado e gravado pelo artista Romão Eloy de Almeida em 1810, a terceira outro frontispicio gravado, a quarta um alambique, trabalho gravado por João José de Sousa em 1813, para acompanhar a *Memoria* que ocorre no *Patriota*, vol. I, n.º 2, pg. 99, e a quinta as armas do Reino do Brazil e as do Reino Unido de Portugal e do Brazil e Algarves reunidas em um só escudo, dadas por carta de lei de 13 de Maio de 1816.

O estampador d'estas gravuras foi o sñr. João Amaro dos Anjos, habilissimo artista brasileiro, que prestou um bom serviço ás artes do paiz pelo zelo e pericia que soube empregar para as novas impressões das primeiras gravuras feitas no Brazil e na Impressão Regia do Rio de Janeiro.



BIBLIOTECA REAL

Os reis de Portugal eram famosos por sua enorme biblioteca. Transportada para o Brasil em 1811, a Biblioteca Real foi aberta ao público mediante certos cuidados de caráter administrativo. A partir de 1814, a consulta foi definitivamente franqueada a todos.

Segundo depoimento do livreiro real, Luís Joaquim dos Santos Marrocos, D. João era uma presença constante no Gabinete Real, geralmente acompanhado por D. Maria Teresa, sua filha mais velha e diletta, que amiúde secretariava o pai.





A REORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS E A ACADEMIA MILITAR

Em maio de 1808, D. João criou o Primeiro Regimento de Cavalaria, valendo-se dos antigos Esquadrões da Guarda dos Vice-Reis.

O Corpo da Brigada Real da Marinha foi transformado em Regimento de Artilharia da Marinha. A Brigada Real de Cavalaria de Milícias foi transformada em regimento, assim como o Batalhão de Caçadores Henriques.

É importante ressaltar que as preocupações do governo não se limitavam à Corte. A obra de reorganização da tropa se estendeu a Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Ceará e Goiás.

O príncipe regente não se preocupou apenas com a reorganização das tropas. Também procurou criar escolas militares e arsenais. Datam deste período a instituição da Real Academia Militar – origem da Aman (Academia Militar das Agulhas Negras) – e as oficinas de armas da Fortaleza de Santa Cruz da Barra, na Baía de Guanabara, e a instalação de várias fábricas de espingardas, na província de Minas Gerais.

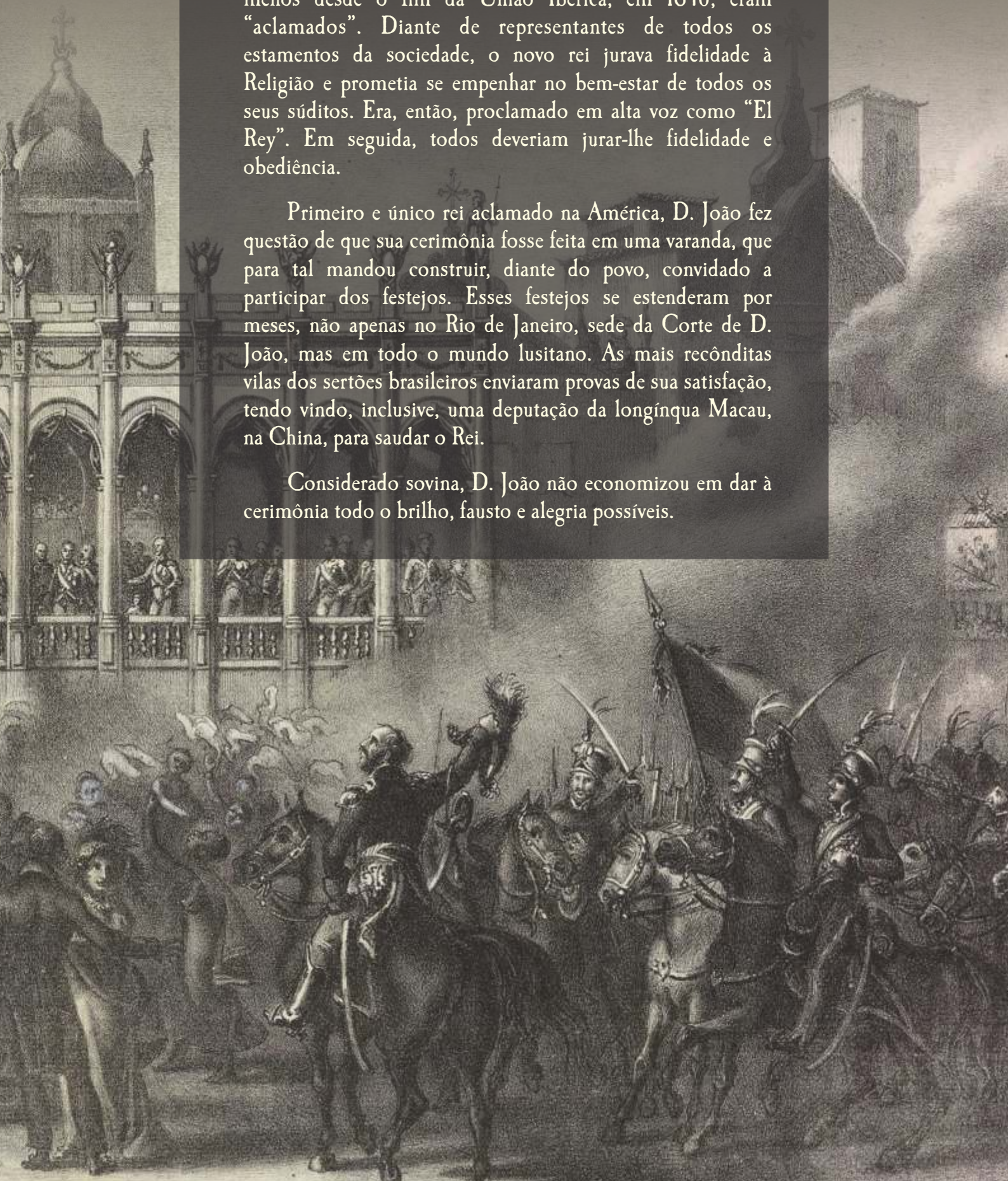


ACLAMAÇÃO

Uma singularidade de Portugal é que seus reis, pelo menos desde o fim da União Ibérica, em 1640, eram “aclamados”. Diante de representantes de todos os estamentos da sociedade, o novo rei jurava fidelidade à Religião e prometia se empenhar no bem-estar de todos os seus súditos. Era, então, proclamado em alta voz como “El Rey”. Em seguida, todos deveriam jurar-lhe fidelidade e obediência.

Primeiro e único rei aclamado na América, D. João fez questão de que sua cerimônia fosse feita em uma varanda, que para tal mandou construir, diante do povo, convidado a participar dos festejos. Esses festejos se estenderam por meses, não apenas no Rio de Janeiro, sede da Corte de D. João, mas em todo o mundo lusitano. As mais recônditas vilas dos sertões brasileiros enviaram provas de sua satisfação, tendo vindo, inclusive, uma deputação da longínqua Macau, na China, para saudar o Rei.

Considerado sovina, D. João não economizou em dar à cerimônia todo o brilho, fausto e alegria possíveis.



INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIAS

As manufaturas e indústrias, até então vivamente controladas e proibidas (para não diminuïrem o mercado nem criarem concorrência às reinóis), emanciparam-se totalmente. A abertura foi completa, inclusive para o capital e mão-de-obra estrangeira.

Iniciou-se a metalurgia no Morro da Fábrica de Ipanema, nas proximidades de Sorocaba, São Paulo, e no Morro do Pilar, nas cercanias de Tejuco, Minas Gerais.

Permitiu-se a prática da ourivesaria, como indústria, algo antes proibido nas regiões auríferas para não se furtao ao quinto e à taxa da cunhagem o mineral extraído.

Iniciou-se a construção de navios de guerra e mercantes, bem como de petrechos náuticos.

TRIBUNAIS SUPERIORES

Em 10 de maio de 1808, D. João elevou o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro à condição de Casa de Suplicação do Brasil. Dessa forma, no Rio de Janeiro, passou-se a julgar definitivamente todos os recursos, agravos e apelações, inclusive aqueles advindos da Relação da Bahia e da Relação do Maranhão (tribunal criado em 1812 por D. João).

Unificava-se, do ponto de vista administrativo-judiciário, o território brasileiro.

Já a Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens foi instalada no Rio de Janeiro pelo Alvará de 22 de abril de 1808, reproduzindo-se no Novo Mundo duas antigas instituições lusas. Eram fundidos, mas não confundidos, dois tribunais reais, a Mesa do Desembargo do Paço e a Mesa da Consciência e Ordens. Tinham carácter consultivo e se encarregavam, o primeiro, de questões jurídicas vinculadas à justiça, o outro a assuntos eclesiásticos.



Mesa de Consciência e Ordens no Rio de Janeiro - Jean Baptiste Debret

Maria Viúta as Demandas da fôrça
de João de Faria. 26 de Junho de 1814.

Senhor

Requiritur in iudicium. p. S. A. R.
Rio de Janeiro. 30 de Junho de 1815.

M. M.



Deve requerer a S. A. R. imme-
diatamente, visto que esta per-
tença não he conforme ao que
se acha permitido na Ord. de
L. 1.ª Tit. 97. § 1.º.

S

Dir Manoel Marques

de Macedo Marques, Meirinho Probatario do Tri-
bunal da Mesa do Desembargo do Paço, e da Consuen-
cia, e Ordens, e Crculo de V. A. R. com exauiço na Pi-
caria, que elle por muito occupado nos ditos exercicio, não po-
de prohencher as obrigaçoens de Meirinho, nem assistir com
a frequencia devida nos dias de Tribunal: Recorre p. tanto
a V. A. R. para que Se Digne Conceder-lhe, hum a-
judante, que severa, effaze as suas vices, que pode ser Manoel
de Alves de Araujo, com quem concorrem as circumstancias
necessarias por não ter culpas, e ter a necessaria intelligencia, e
o Supplicante se achia justo com elle para a ditto Serventia.

S. A. R. Real
Sija Servido Conceder-lhe a Graça
que portende.

M. M.



Beija-mão

O beija-mão era uma cerimônia pública em que o monarca se colocava em contato direto com os vassallos que, aproveitando a ocasião, depois da devida reverência, podiam solicitar mercês. A cerimônia tinha grande significado simbólico, recordando o papel paternal e protetor do rei. Invocava respeito pela monarquia e submissão dos súditos. Era grande o fascínio que exercia sobre o povo.

Oliveira Lima registrou que Dom João VI tinha um deleite especial na cerimônia, onde se misturavam livremente nobres e plebeus:

"...dotado da prodigiosa memória dos Bragança, nunca confundia as fisionomias nem as súplicas, e maravilhava os requerentes com o conhecimento que denotava das suas vidas, das suas famílias, até de pequenos incidentes ocorridos em tempos passados e que eles mal podiam acreditar terem subido à ciência d'El Rey".

RETORNO A PORTUGAL E MORTE

Em 1820, eclode a Revolução Liberal do Porto que, vitoriosa, convoca as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa. Uma de suas primeiras providências foi intimar D. João a voltar a Lisboa.

Embriagadas pelo poder e completamente desprovidas de qualquer visão maior da situação econômica e social do Reino do Brasil, as Cortes caíram na tentação de fazer voltar o *status quo ante*, ou seja, procuraram destruir toda a obra legislativa e administrativa de D. João na América.

A reação não se fez por esperar e, por fim, foram rompidos os laços institucionais que ligavam os dois lados do Atlântico.

Depois de uma série de vicissitudes, D. João voltaria a deter o poder absoluto, quando tentou reconciliar Portugal com o Brasil; no entanto, já era tarde. Em 29 de agosto de 1825, era assinado o Tratado do Rio de Janeiro, por meio do qual D. João aceitava a independência do Brasil, mas assumia o título de Imperador do Brasil, simultaneamente com o filho.

Em março do ano seguinte, D. João caiu doente. Fora envenenado. Faleceu no dia 10 de março de 1826. Portugal se precipitava na guerra civil.

Créditos das imagens



Dom João VI. Rei do Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves
Autor: Paul Tassaert
Acervo BNDigital



Mapa da América do Sul (1771-1806)
Acervo: David Rumsey Map Collection Cartography Associates



S. M. El Rei D. João VI de Portugal e toda a Família Real, embarcando para o Brazil, no cês de Belem, em 27 de Novembro de 1807

Autor: Constantino de Fontes
Acervo BNDigital



PROSPECTO da nova praça do pelourinho mandada fazer pelo governador e capitão general D. Francisco de Souza Coutinho.

Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira
Acervo BNDigital



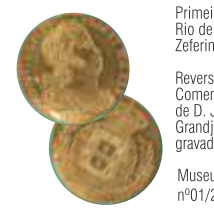
A Map of the Brazil do livro *A History Of The Brazil* By James Henderson, 1821
Pag. 31 e 32



Planta da imperial cidade de São Paulo (1810-1841).

Autor: Capitão de Engenheiros Rufino J. Felizardo e Costa.

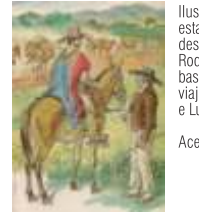
Original pertence à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro



Primeira medalha cunhada no Rio de Janeiro, em 1820, por Zeferino Ferrez.

Reverso da medalha Comemorativa da Aclamação de D. João VI, desenho de Grandjean de Montigny, gravada por Zeferino Ferrez.

Museu Imperial/lbram/MinC/nº01/2018



Ilustrações de mensageiros estafetas e tropeiros desenhados por Ivan Wasth Rodrigues para os Correios baseado na descrição de viajantes como John Mawe e Luccock.

Acervo Museu dos Correios



Morus nigra - Amoreira

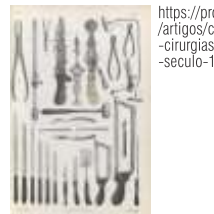
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Illustration_Morus_nigra0.jpg



Plantação chinesa de chá : Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Autor: Johann Moritz ritz Rugendas - 1835

Acervo BNDigital



<https://projotomedicina.com.br/artigos/como-eram-feitas-as-cirurgias-sem-anestesia-no-seculo-19/>



José da Silva Lisboa: Visconde de Cayrú, primeiro economista brasileiro, Senador.

Acervo BNDigital



Artefatos indígenas. Expedição Filosófica

Acervo BNDigital



Utensílios indígenas. Expedição Filosófica

Acervo BNDigital



Utensílios indígenas. Expedição Filosófica

Acervo BNDigital



Galo dos marabitanes Expedição Filosófica

Acervo BNDigital



Acclamation du roi Dom Jean VI: à Rio de Janeiro

Autor: Jean-Baptiste Debret - 1839

Acervo BNDigital



Projeto de fonte comemorativa da chegada da imperatriz D. Teresa Cristina

Autor: Grandjean de Montigny - 1843

Acervo BNDigital



Entrada da baía e da cidade do Rio, a partir do terraço do convento de Santo Antonio em 1816

Autor: Nicolas Antoine Taunay

Museu Nacional de Belas Artes/lbram/MinC/nº03/2018



Imagens do livro "Annaes da Imprensa Nacional do Rio De Janeiro De 1808 A 1822" Por Alfredo Do Valle Cabral Rio de Janeiro Na TYPOGRAPHIA NACIONAL MDCCCLXXXI



Uniformes do Exército Brasileiro. Ed. especial do Ministério da Guerra.

Aquarelas: J. Wasth Rodrigues

Acervo BNDigital



Memorável aclamação do Senhor D. João VI Rey do Reyno unido Portugal, Brazil e Algarve

Autor: Hippolyte Taunay

Acervo BNDigital



A Real Fábrica de Ferro

Autor: Jean Baptiste Debret - 1821

Acervo BNDigital

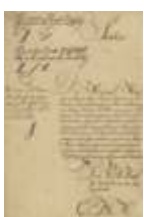


Barco de Guerra N. Snr. do Bom-Sucesso.

Autor: Joaquim José Codina

Expedição Filosófica

Acervo BNDigital



Pedido de graça de Manoel Marques de Macedo, ajudante do officio de meirinho da Mesa do Desembargo do Paço, 1815.

Acervo BNDigital



Mesa de Consciência e Ordens no Rio de Janeiro.

Autor: Jean Baptiste Debret.

Acervo BNDigital



Beija-mão

Autor: Jean Baptiste Debret - 1821

Acervo BNDigital



D. João VI, Rey de Portugal, Brazil e Algarves

Autor: Mesquita dezenhou em 1816 e Quinto gravou em 1817.

Biblioteca Nacional de Portugal

MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESIDENTE

Rodrigo Maia (DEM/RJ)

1º VICE-PRESIDENTE

Fábio Ramalho (PMDB/MG)

2º VICE-PRESIDENTE

André Fufuca (PP/MA)

1º SECRETÁRIO

Giacobo (PR/PR)

2ª SECRETÁRIA

Mariana Carvalho (PSDB/RO)

3º SECRETÁRIO

JHC (PSB/AL)

4º SECRETÁRIO

Rômulo Gouveia (PSD/PB)

SUPLENTES

Dagoberto Nogueira (PDT/MS)

César Halum (PRB/TO)

Pedro Uczai (PT/SC)

Carlos Manato (SD/ES)

PROCURADOR PARLAMENTAR

Hildo Rocha (PMDB/MA)

CORREGEDOR PARLAMENTAR

Evandro Gussi (PV/SP)

DIRETOR-GERAL

Lucio Henrique Xavier Lopes

SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

Wagner Soares Padilha

Curadoria

José Theodoro Mascarenhas Menck

Coordenação do Projeto

Secretaria de Comunicação Social

Centro Cultural Câmara dos Deputados

Secretário de Comunicação Social

Márcio Marinho (PRB/BA)

Diretor Executiva de Comunicação Social

David Miranda

Diretora do Centro Cultural

Isabel Flecha de Lima

Núcleo de História, Arte e Cultura

Coordenação

Clarissa de Castro

Produção

Clauder Diniz

Revisão

Maria Amélia Elói

Montagem e Manutenção da Exposição

André Ventorim | Edson Caetano

Paulo Titula | Wendel Fontenele

Projeto Gráfico

Ely Borges

Núcleo de Museu

Coordenação

Marcelo Sá de Sousa

Material Gráfico

Coordenação de Serviços Gráficos -

CGRAF/DEAPA

Agradecimentos:

Ludmila Barreto de Arruda Cabral

Ludmila Souza Fernandes

Biblioteca Nacional

Biblioteca Nacional de Portugal

Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados

Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Museu dos Correios

Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro

Museu Nacional de Belas Artes / IBRAM

Museu Imperial / IBRAM

Museus Castro Maya / IBRAM

Museu Histórico Nacional / IBRAM

Museu Nacional dos Coches (Portugal)

Museu de Arte do Rio – MAR

Palácio Nacional da Ajuda (Portugal)

Informações: 0800 619 619 – cultural@camara.leg.br
Palácio do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados
Anexo 1 – Sala 1601 – CEP 70.160-900 – Brasília/DF
<http://www.camara.leg.br/centrocultural>

Brasília, abril de 2018.



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Centro Cultural
Secretaria de Comunicação Social

